



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

Protocolo Administrativo nº 36/2.021.

Nota Técnica - ago/2.021.

Assunto: contratação de empresa para prestação de serviços de reforma, manutenção e conservação das dependências da Câmara Municipal de Mogi Mirim, com fornecimento de materiais.

Cuida esta Casa Legislativa, no presente caderno, da instauração procedimental para contratação de empresa para prestação de serviços de reforma, manutenção e conservação das dependências da Câmara Municipal de Mogi Mirim, com fornecimento de materiais. Cingindo-se, a consulta, quanto à possibilidade de proceder à contratação por meio de licitação na modalidade “Tomada de Preços” – conforme solicitação às fls. 179 do caderno administrativo.

Inicialmente e para que sejam resguardados na justa medida os atos que serão executados, torna-se inarredável da definição do prazo de execução dos serviços e obras, pois, salvo engano, dos dados registrado no caderno administrativo, **NÃO se depara com a definição do tempo para execução da prestação de serviços de engenharia e obras**, o que se faz necessário.

Nos procedimentos licitatórios cujo escopo seja execução de obras e/ou de serviços de engenharia, independente da modalidade licitatória eleita, deve-se, por força legal, observar de forma umbilical sequência disposta no Art. 7º, seus parágrafos e incisos, todos da Lei nº 8.666/93, a qual poderá ser ainda utilizada até a eficácia total da Lei federal 14.133/2.021 seja pela norma alcançada., visto que a modalidade “Tomada de Preços” será extinta do arcabouço jurídico nacional válido.

Como acima assinalado, não deparamos com menção ao prazo de execução da obra, o que, repisando, é de rigor definição.

Ainda, antecedente à abordagem sobre a eleição da modalidade licitatória, cabe demonstrarmos a definição do que seja “obra” e o que seja “serviços de engenharia”, nos termos da lei:

1- Definição de OBRA: Obra de engenharia é a ação de construir, **reformular**, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos



121

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66.

2- Definição de SERVIÇOS DE ENGENHARIA: Serviço de engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou, ainda, demolir, incluem-se nesta definição as atividades de profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos, pareceres, consultorias, auditorias, perícias, avaliações, assessorias, fiscalizações, supervisão ou gerenciamento.”

Nesse sentido, a partir da definição de “Obras e Serviços de Engenharia” a maioria doutrinária afasta a contratação de Obras de engenharia por meio da modalidade Pregão e somente desta modalidade, nessa mesma direção encontra-se maciça jurisprudência do e. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A Comissão Permanente de Licitação sinaliza a modalidade “tomada de Preços” como aquela a ser utilizada pela Administração para satisfação de sua necessidade., o que não agride a legislação regente, afinal a Nova Lei de Licitações conviverá conjuntamente com as demais normativas até o decurso de tempo de 02 (dois) anos contados a partir de publicação.

Dito isto, não detectamos qualquer objeção a que seja adotada a modalidade Tomada de Preços para o fim proposto neste caderno, afinal assim dispõe o estatuto das licitações e contratos:

“Art. 22. São modalidades de licitação:

I - concorrência;

II - tomada de preços;

III - convite;

IV - concurso;

V - leilão.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.



182

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. (...)” (grifei)

Anoto que OBRA é um conjunto orgânico de serviços.

O enquadramento como obra ou serviço de engenharia deve ser feito em função do objeto que será executado, sua análise e adequado enquadramento depende de conhecimento técnico específico, consoante preconiza a Lei federal nº 5/194/66, o que, s.m.j, poderá ser extraído da percepção do profissional técnico que vier a ser contratado para este fim, já que a Câmara não possui referido profissional em seu quadro funcional.

Entrementes, a prestação que se pretende contratar não é complexa e não há justificativa alguma no sentido de que o estabelecimento de critérios técnicos para sua efetivação poderia propiciar a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração.

Mesmo porque, registre-se que a adoção de licitação do tipo menor preço não significa que a Administração está disposta a adquirir qualquer produto, desconsiderando quaisquer critérios técnicos. Claro que não se trata disto, o que ocorre, em verdade, é que tais especificações não serão critérios de julgamento, mas tão somente requisitos mínimos, os quais, se não satisfeitos, culminarão na desclassificação da proposta.

Destacamos a existência de projetos com descrição analítica do que se pretende contratar e exigências de qualidade mínima dos serviços.

Às fls.77-171 encontram-se 1-memorial descritivo; 2- planilha orçamentária; 3- cronograma físico-financeiro; 4- BDI – forma e composição; 5- justificativa dos valores orçados; 6- projetos; e 7- apresentação dos espaços e, 3D.

O valor estimado para contratação encontra-se dentre aqueles demarcados para a modalidade eleita, o qual é estimado em R\$579.685,15 (quinhentos e setenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos).

Ainda, manifestamo-nos pelo afastamento de privilégios legais destinadas às micro e pequenas empresas devido ao vulto estimada da contratação.



183

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

O Setor de Contabilidade informa que não há ofensa aos artigos 16, 17 da Lei de responsabilidade Fiscal – vide fls. 175/178.

Constatamos a ausência, formal, de autorização de abertura do procedimento licitatório foi autorizada, bem como, não identificamos informações sobre o prazo de execução do objeto a ser contratado, o que requer.

Portanto, ao cabo e final, atendendo solicitação da Comissão Permanente de Licitações, que indicou a utilização da modalidade Tomada de Preços, entendemos que, s.m.j., a presente contratação poderá ser intentada por meio da modalidade licitatória **TOMADA DE PREÇOS, tipo Menor Preço Global**, consoante autorização legal prevista no art. 23, I, b da Lei Federal nº 8.666/93.

Sendo este, s.m.j, nosso entendimento, sem embargo de opiniões contrárias, encaminho à Comissão de Permanente de Licitações para as providências cabíveis, requerendo, por oportuno, que antes de prosseguimento seja a presente manifestação submetida à apreciação da ordenadora de despesas. (sub censura).

Mogi Mirim, 05 de agosto de 2021.

Fernando Márcio das Dores
Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Mogi Mirim